

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

DADOS OPERACIONAIS
A Companhia encerrou o 4T20 mantendo o bom desempenho iniciado no trimestre anterior. Tal desempenho é refletido no segmento de Aluguel de Carros, com crescimento em quase todos os indicadores. Apesar do ano atípico, as decisões acertadas da Companhia garantiram a rápida redução dos volumes e preços no segundo semestre, trazendo ganhos em receitas, margens e lucro.

Dados Operacionais	4T20	4T19	Var. 4T20 vs 4T19
Número de diárias (mil)	1.273	1.714	(25,7%)
Taxa de Ocupação	97,4%	96,3%	1,1 p.p.
Tarifa Média Mensal (R\$)	1.440	1.565	(8,0%)
Aluguel de Carros (RAC)	4.522	4.137	9,3%
Taxa de Ocupação - Rede Própria	84,2%	79,4%	4,8 p.p.
Tarifa Média Diária - Rede Própria (R\$)	1.877,0	70,5	(2,9%)
Número de Lojas (Rede Própria e Franquias)	253	208	21,6%
Seminovos	15.380	10.543	45,9%
Número de Veículos Vendidos	47,5	40,6	17,1%
Preço Médio de Venda (R\$ mil)	15.382	21.706	(29,1%)
Terceirização de Frota	71.555	75.230	(4,9%)
Aluguel de Carros - Franquias	90.262	101.265	(10,9%)

RECEITA LÍQUIDA (em R\$ milhões)

	4T20	4T19	Var. 4T20 vs 4T19
Aluguel de Frota	199,7	86,7	130,4%
Terceirização de Frota	747,2	275,0	171,7%
Aluguel de Carros + Franquias	1.480,1	427,1	246,6%
Seminovos	2.427,1	788,8	207,7%

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO

	4T20	4T19	Var.
Demonstração do Resultado (R\$MM)	2.427,1	788,8	207,8%
Receita Operacional	(1.877,0)	(569,3)	229,9%
Lucro Bruto	550,1	219,2	150,9%
Despesas Operacionais	(300,4)	(93,7)	220,5%
Despesas Financeiras Líquidas	(107,4)	(48,6)	120,9%
Lucro antes dos Impostos (EBT)	142,3	76,9	85,0%
Imposto Corrente (IRPJ e CSLL)	(61,6)	(9,8)	528,6%
Imposto Diferido	11,8	(15,9)	-174,3%
Lucro Líquido do Período	92,5	51,2	80,7%

Balanco patrimonial - Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.066.548	392.186
Títulos e valores mobiliários	163.831	129.330
Contas a receber de clientes	335.896	180.277
Instrumentos financeiros derivativos	4.1a	13.674
Veículos em desativação para renovação de frota	7	298.703
Impostos a recuperar	29.535	35.361
Despesas antecipadas	10.843	4.633
Outras contas a receber	4.592	195.904
Outras contas a receber	5.732	8.610
Total do ativo circulante	1.915.680	1.298.381
Não circulante		
Contas a receber de clientes LP	6	4.132
Instrumentos financeiros derivativos - LP	4.1a	145.929
Despesas antecipadas - LP		2.869
Impostos diferidos	8	30.278
Partes relacionadas LP	17b	212.599
Depósitos judiciais	16a	408.091
Propriedade para investimento		850
Imobilizado	10	4.278.302
Direito de uso de arrendamento	11a	116.901
Intangíveis	9	56.048
Intangível	12	106.002
Total do ativo não circulante	4.910.146	4.437.069
Total do ativo	6.825.826	5.645.450

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EBITDA E EBIT RECORRENTE
Conforme norma da CVM segue abaixo a tabela com a conciliação do EBITDA da Companhia (visão acumulada):

	31/12/2020	31/12/2019
EBITDA (R\$ mil)		
(=) Lucro líquido do período	132.698	176.960
(+) Impostos sobre os lucros	70.976	92.826
(+) Despesas financeiras líquidas	137.682	205.805
(+) Depreciação e amortização	260.558	237.438
(-) Participação em sociedades controladas	-	-
(=) EBITDA	601.914	713.029
(+) Itens Extraordinários	23.700	-
(=) EBITDA Recorrente	625.614	713.029
(=) EBIT Recorrente	365.056	475.591

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

	4T20	4T19	Var.
Conciliação do Lucro Líquido (R\$MM)	92,5	51,2	80,7%
(=) Lucro líquido do período	92,5	51,2	80,7%
(+) Gastos com Despesas Não Recorrentes	-	-	-
(-) Efeito dos Impostos	-	-	-
Lucro Líquido Recorrente	92,5	51,2	80,7%

CONTATOS
MARCO TÚLIO DE CARVALHO OLIVEIRA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

FRANCESCO ABENATHAR FERNANDES LISA
Gerente de Relações com Investidores E-mail: fr@unidas.com.br
Website: ri.unidas.com.br

AVISOS
Esse material possui informações resumidas, sem intenção de serem completas. Maiores informações sobre a Unidas S.A., suas atividades, situação econômico-financeira, riscos inerentes à sua atividade podem ser encontradas nas suas informações trimestrais - ITR, demonstrações financeiras e informações públicas.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Muitos dos fatores que irão determinar os valores e resultados futuros estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Receita operacional líquida	3.607.450	2.698.357
Costos de locação e venda de veículos	(2.870.407)	(2.082.646)
Lucro bruto	737.043	615.711
Despesas com vendas	(245.899)	(117.717)
Despesas gerais e administrativas	(149.864)	(70.127)
Outros resultados operacionais	76	40
Resultado de equivalência patrimonial	21.288	-
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos	341.356	449.196
Recargas financeiras	25.914	30.776
Despesas financeiras	(137.698)	(205.915)
Outros resultados operacionais	(137.698)	(189.339)
Lucro antes dos impostos	203.674	259.803
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(70.976)	(62.843)
Lucro líquido do exercício	132.698	176.960
Lucro por ação - básico - R\$	1,88	3,24
Lucro por ação - diluído - R\$	1,83	3,16

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	132.698	176.960
Outros componentes do resultado abrangente		
Imposto arrendatário - fluxo de caixa	63.768	4.049
Hedge em renda e contribuição social - hedge accounting	(21.681)	(1.377)
Total do resultado abrangente do exercício	174.785	179.632

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Recargas		
Recarga bruta deduzida de descontos e encaselamentos	3.733.167	2.803.048
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(37.831)	(18.739)
Recargas líquidas	3.695.336	2.784.309
Insu adquiridos de terceiros		
Costos das vendas e locações de veículos	(2.494.134)	(1.794.078)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(201.038)	(92.228)
Outros investimentos de curto prazo de alta liquidez	(2.695.172)	(1.886.306)
Valor adicionado bruto	1.000.166	898.003
Depreciação e amortização	(260.558)	(205.915)
Valor adicionado líquido gerado	739.608	692.088
Equivalência patrimonial		
Recargas financeiras	25.914	30.776
Valor adicionado recebido em transferência	25.914	52.064
Valor adicionado total a distribuir	765.520	744.152
Pessoal		
Remuneração direta	128.868	56.356
Benefícios	27.817	14.820
FGTS	8.052	4.987
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	222.685	199.257
Estaduais	75.392	68.715
Municipais	6.357	3.088
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	163.596	220.169
Dividendos		
Lucros retidos	31.516	42.028
Valor adicionado total distribuído	101.182	134.932
Lucro adicionado total distribuído	765.520	744.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de patrimônio líquido	Lucros acumulados
Em 1º de janeiro de 2019	752.233	(1.707)	1.147	11.923	846.583
Lucro líquido do exercício					176.960
Hedge accounting - fluxo de caixa					4.049
IRCSLL - hedge accounting					(1.377)
Total do resultado abrangente do exercício					179.632
Aumento de capital	400.000		4.846		404.846
Plano de benefício em ações					8.848
Destinação do lucro líquido do exercício:					(42.028)
Constituição de reserva legal					(126.084)
Distribuição de dividendos					63.768
Retenção de lucros					(21.681)
Em 31 de dezembro de 2019	1.152.233	(1.707)	5.993	20.771	1.389.033
Lucro líquido do exercício					132.698
Hedge accounting - fluxo de caixa					63.768
IRCSLL - hedge accounting					(21.681)
Total do resultado abrangente do exercício					174.785
Aumento de capital	18	685.203			685.203
Redução de capital por transferência de investimento	9 e 18	(14.797)			(14.797)
Aumento para recomposição de capital	18	14.797			14.797
Plano de benefício em ações	18		3.178		3.178
Opções de subscrição de ações	18		1.889		1.889
Destinação do lucro líquido do exercício:					6.635
Constituição de reserva legal					(31.516)
Distribuição de dividendos					(94.547)
Retenção de lucros					304.922
Em 31 de dezembro de 2020	1.837.436	(1.707)	1.889	9.171	2.222.572

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Unidas S.A. ("Companhia" ou "Unidas") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede social em Belo Horizonte - MG, na Avenida Raja Gabaglia, 1.781, 12º andar - Luxemburgo, constituída em 27 de fevereiro de 1985. A Companhia tem por objeto as seguintes atividades: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a prestação de serviços de manutenção e reparação de veículos; (c) a prestação de serviços de transporte; (d) a prestação de serviços de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frota, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços de manutenção e reparação de motocicletas e outros tipos de veículos de transporte; (h) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista; (i) a locação de máquinas e equipamentos e (k) as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral. Como parte de seu programa de renovação de frota, a Companhia vende seus veículos usados. Em 31 de dezembro de 2020, a frota total da Unidas é composta por: (dados não auditados) 90.262 veículos (99,337 mil em 31 de dezembro de 2019), sendo 15.382 no negócio de terceirização de frota ("fleet") (21.707 mil em dezembro de 2019) e 74.880 pertencentes ao negócio de locação de veículos ("rent a car" ou "RAC") (77.830 em 31 de dezembro de 2019). A frota é renovada após a sua vida útil econômica, sendo que no segmento de "rent a car" normalmente é vida de 12 a 18 meses, e a frota de terceirização de frota ("fleet") varia normalmente entre 12 e 50 meses. Após o encerramento da vida útil econômica, os veículos são vendidos, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais. (a) **Aprovação das demonstrações financeiras:** A aprovação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021. 1.1 **Reestruturação societária:**

esses ativos no segundo trimestre de 2020. Baseado em avaliações da Administração frente as condições de mercado, dado o impacto da Covid-19 no setor de venda de veículos seminovos, a Companhia reconheceu no segundo trimestre de 2020 uma provisão para redução do valor recuperável de parte de seus veículos disponíveis para venda no valor de R\$23.700. O valor de R\$23.495 foi realizado até 31 de dezembro de 2020, devido à venda dos veículos e R\$23.495 se encontram provisionados na rubrica de carros em desativação para renovação de frota no balanço patrimonial. A análise de indicadores observou não somente os impactos econômico-financeiros causados ou esperados pela crise, mas também os valores atuais e esperados de mercado desses ativos e a geração de caixa esperada pelos mesmos. A perda é calculada entre o maior valor recuperável entre o valor em uso e o valor justo menos despesas para vender o ativo. Durante o exercício, a Companhia efetuou a renovação de pagamento de parcelas de contratos de arrendamento. Com base no expediente prático de emissão da IFRS 16 (CPC de IRZ) reconheceu no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 R\$8.921 de descontos referentes as renovações. A Companhia efetuou a revisão de indicadores de impairment, PECLD, ativos e passivos e não foram identificadas parcelas ao valor recuperável, redução em ativos ou passivos a serem reconhecidos como resultado da redução das atividades em função da pandemia, além da taxa acima. A Companhia visando manter a transparência com o mercado e seus reguladores, atua e atuará de forma contínua na atualização das informações relacionadas aos possíveis impactos da Covid-19, em um cenário em constante evolução, o monitoramento consistirá em mudanças nas variáveis macroeconômicas e de negócios será contínuo, bem como a elaboração de análises de "stress" em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa dos possíveis impactos sobre a Companhia em tempo real e permitir sua mitigação com planos de resgate e contingência. 1.3 **Combinação dos Negócios da Companhia de Locação das Américas (Locamérica) e da Localiza Rent a Car S.A. (Localiza):** A Locamérica (Controladora da Locamérica) e a Localiza Rent a Car S.A. (Localiza), celebraram em 22 de setembro de 2020, um Acordo de Incorporação de Ações ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios das Companhias, mediante a incorporação de ações da Locamérica pela Localiza ("Incorporação de Ações" ou "Transação"). A Transação resultará na união de acionistas que são referência e têm longa experiência na indústria, na combinação de talentos para promover soluções inovadoras em mobilidade, na criação de um player com escala global, comprometido com os mais altos níveis de governança e com ambição para prover a melhor experiência ao cliente, através do acesso da população e de empresas ao aluguel de carros. Do ponto de vista econômico-financeiro, a integração dos negócios deverá promover sinergias e aumentos de eficiência na Companhia combinada resultante da Incorporação de Ações ("Companhia combinada"). Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo, na data de consumação da Incorporação de Ações ("Data de Fechamento"), os acionistas da Locamérica receberam 0,4662380 ação ordinária de emissão da Localiza em substituição a cada 1 ação ordinária de emissão da Locamérica por eles detidas na Data de Fechamento ("Relação de Troca"). Com base na relação de troca, negociada entre partes independentes, considerando as premissas previstas no Acordo, os acionistas da Localiza passarão a deter, em conjunto, 76,85000004% do capital social total e volante da Companhia Combinada, e os então acionistas da Locamérica passarão a deter, em conjunto, 23,14999996%, considerando a base acionária de 22 de setembro de 2020. A relação de troca será ajustada por eventuais desdobramentos, agrupamentos e bonificações em ações das Companhias e pela declaração de aplicação de dividendos em ações das Companhias e pela declaração de aplicação de dividendos em ações das Companhias entre a data de assinatura da Data de Fechamento. A Transação está condicionada à aprovação da concretização da Incorporação de Ações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE sem restrições ou com restrições que, observados os termos do Acordo, sejam aceitáveis às partes, bem como à verificação de outras determinadas condições precedentes usuais para operações desta natureza.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro são as seguintes: (a) **Preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). (b) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 incluem as operações da Companhia e das controladas, conforme quando evidenciado na nota 1.1. As controladas foram integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obteve seu controle, e continuarão a ser consolidadas até a data em que esse controle deixou de existir, em decorrência de sua reestruturação societária em 1º de janeiro de 2020. (c) **Demonstração do Valor Adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do reconhecimento de sua natureza de informação suplementar. (d) **Itens imateriais:** Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios; (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela administração para a tomada de decisões; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia definiu dois segmentos operacionais, que são gerenciados separadamente, com base nos relacionamentos e bonificações em ações das Companhias e pela declaração de aplicação da Administração. A administração considera que as operações da Companhia compõem dois segmentos operacionais identificáveis: (i) a locação de veículos através de contratos de longa duração ("fleet"); (ii) e a locação de veículos através de contratos de curta duração ("RAC" ou "rent-a-car"). A administração da Companhia entende que a atividade de renovação de frota ("seminovos") não se trata de um segmento operacional separado, já que sua essência está intrinsecamente ligada aos segmentos de "fleet" e do "RAC". 2.1 **Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens imateriais nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	132.698	176.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.014	65.590
Equivalência patrimonial	(21.288)	-
Depreciação e amortização	260.558	205.915
Provisão de veículos roubados e valor residual de veículos roubados	130.585	84.136
Valor residual dos veículos em desativação para renovação de frota baixado	2.136.926	1.686.044
Provisão de participação baseado em ações	3.178	4.846
Juros de cessão de montadoras	22.565	29.488
Encargos financeiros e custos de captação das dívidas	1	

10 Imobilizado

Table with columns: Controladora, Custos, Veículos, Imobilizados, Total. Rows include: Movimento do custo e depreciação, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

11 Direito de uso de arrendamento e arrendamento de imóveis

A Companhia, em decorrência de suas operações, aluga imóveis para instalação de suas lojas para o segmento de RAC e negócio de Seminários, incluindo lojas de rua, shoppings, aeroportos e sede administrativa.

12 Intangível

Table with columns: Controladora, Custos, Software, Direito de uso de marca, Acordo de não competição, Ágio, Carteira de clientes, Fundo de comércio, Total. Rows include: Movimento do custo e depreciação, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

13 Fornecedores

Table with columns: Controladora, Consolidado, Montadoras de veículos, Outros.

14 Cessão de créditos por fornecedores

A Companhia tem como parte estratégica de sua operação a realização de grandes volumes de aquisições de veículos junto às montadoras, de forma a obter melhores condições financeiras. Essas compras são negociadas com os fornecedores com prazos de pagamento inferiores a 6 meses. Os fornecedores, por sua vez, descontam os títulos junto a instituições financeiras de primeira linha através de uma operação de cessão de créditos, a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso. Desta forma, os títulos deixam de ser pagos aos fornecedores e passam a ser pagos às instituições financeiras, as quais deixam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 foram taxadas em desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado interno fixaram entre 0,30% a 0,58% ao mês (0,00% a 0,68% em 31 de dezembro de 2019) dos valores destas operações, sendo os custos financeiros pagos pela Companhia.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos a amortizar.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Debêntures, Capital de giro, Passivo circulante.

Abaixo encontra-se a estratificação, por prazo de vencimento: 15 Prêmios, financiamentos e debêntures

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos de crédito por fornecedores.

O valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures não diferem significativamente dos seus respectivos saldos contábeis e está divulgado na Nota 4. Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo, líquidos de custo de captação, têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos de crédito por fornecedores.

15.1 Debêntures e capital de giro: (a) Captação de capital de giro em moeda estrangeira - Em 19 de março de 2020 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Unidas a contratação de empréstimo externo através da Lei 4131 de 3 de setembro de 1962 e da celebração de Instrumento Particular de Contrato para realização de "Swap", no montante de US\$500.000 (quinhentos milhões de dólares). Os recursos líquidos obtidos pela Emissora foram utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, para reforço de caixa.

(b) Características das debêntures e capital de giro As debêntures da Companhia não são conversíveis em ações e suas principais características do emendamento estão apresentadas a seguir:

Table with columns: Título de dívida, Taxa, Ano de vencimento, Garantias.

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(b) Composição e movimentação do saldo de arrendamento de imóveis: O passivo de arrendamento em aberto está mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimo e a taxa média de desconto utilizada é de 6,68%.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(c) Aspectos relevantes: Apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

Table with columns: Cronograma de pagamento, 2021, 2022, 2023, Após 2023, Total.

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, a Companhia apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento e do direito de uso, projetando a inflação de 3,34% ao ano para 2021, 3,50% ao ano para 2022 e 3,25% ao ano para anos posteriores a 2023, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com o os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

Table with columns: Sem inflação, Com inflação, % Variação, Direito de uso líquido, Passivo de arrendamento.

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescido da inflação futura projetada, não gera distorções significativas no passivo e direito de uso, cujo efeito líquido representa 0,92% do patrimônio líquido da Companhia.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

(*) Saldo refere-se a mútuo financeiro a taxa de 100% CDI + 1%, com prazo de vencimento indeterminado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Custos, Depreciação acumulada, Valor líquido.

Processos tributários: A provisão para riscos tributários foi constituída principalmente pelo não recolhimento do PIS no exercício de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no exercício de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos. Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que as locações de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deviam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2010, a União Federal ingressou com Execução Fiscal para instrumentalizar a cobrança de valores embasados na discussão mencionada e, com objetivo de suspender a exigibilidade dos créditos e possibilitar a oposição de Embargos, em setembro de 2010 foram efetuados depósitos judiciais referentes a COFINS e ao PIS que, atualmente, alcançam R\$19.355 e R\$842.973, respectivamente. A Companhia destaca que, em virtude do cenário jurisprudencial envolvendo a discussão da tese mencionada e de decisões proferidas durante o curso do processo, classifica a demanda como perda provável e provisiona o montante atualizado do débito que alcança, neste momento, R\$2.754 em 31 de dezembro de 2020 (R\$19.669 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia mantém a provisão de processos tributários total no montante de R\$21.036 em 31 de dezembro de 2020 (R\$21.141 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia acompanha o trâmite dos processos judiciais que encontram-se em andamento na primeira e na segunda instância dos Tribunais Estaduais e Federais, classificando-os de acordo com o teor das decisões proferidas. (d) Contingências classificadas como de perda provável: Os processos classificados como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia referem-se basicamente a ações civis, trabalhistas e tributárias de mesma natureza daquelas mencionadas no item c). Esses processos totalizam R\$257.570 em 31 de dezembro de 2020 (R\$191.240 em 31 de dezembro de 2019), sendo, R\$174.854 referente a ações tributárias (R\$131.672 em 31 de dezembro de 2019), R\$17.822 referente a ações trabalhistas (R\$8.090 em 31 de dezembro de 2019) e R\$64.884 referente a ações cíveis (R\$51.478 em 31 de dezembro de 2019). Em 21 de maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) emitiu a Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social do Lucro Líquido, relativos principalmente à dedutibilidade da amortização de ágio e COFINS em 2004 e 2007, no valor atualizado total de R\$58.170 em 31 de dezembro de 2020 (R\$57.481 em 31 de dezembro de 2019). Em 11 de dezembro de 2014, a SRFB emitiu a Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente à dedutibilidade da amortização de ágio e despesas de contratos de swap referente ao ano base de 2009, no valor atualizado de R\$35.037 em 31 de dezembro de 2020 (R\$34.530 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia, por discordar dos fundamentos que presidiram a emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles e aguarda julgamento. Na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos por seus assessores jurídicos, são possíveis as chances de perda na instância final dos referidos processos, motivo pelo qual não foi constituída provisão. Na data de emissão dessas informações financeiras, os referidos autos encontravam-se em andamento. Em fevereiro de 2018 a Unidas ingressou com ação ordinária em que discute judicialmente determinado aproveitamento de créditos de PIS e COFINS visando afastar a aplicação do Ato Declaratório Interpretativo da Receita Federal do Brasil - RFB 04/2015 e assegurar o direito de apurar o crédito da contribuição do PIS e da COFINS sobre o custo de aquisição de veículos automotores registrados em seu ativo imobilizado e que são destinados à locação, com base no regime previsto pelo §14º do art. 3º e respectivo inciso VI c/c art. 15º, inciso II, da Lei nº 10.833/2003. Em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia entendeu que a referida contingência possui probabilidade de perda possível e estima seu valor em R\$28.713 (R\$11.000 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia possui processos, não provisionados, que se referem à exigência do ICMS sobre a desmobilização de bens do seu ativo fixo, o que se dá mediante alienação. Em 7 de julho de 2006, foi editada pelo CONFAZ o Convênio 6/14, prevendo a incidência do ICMS quando da venda de veículos usados, em período inferior a 12 meses, contados das suas aquisições. Esse Convênio foi aderido pelos Estados da Federação, exceto São Paulo, que editou a Decisão CAT nº 02/06, com a mesma regulamentação. A Companhia argumenta que, além da regulamentação supra citada, o Supremo Tribunal Federal também já se posicionou no julgamento do tema 10.12, corroborando as premissas do Convênio 6/14, isto é, de que, nos casos das locadoras, há incidência do ICMS apenas nas vendas de veículos com menos de 12 (doze) meses de aquisição da montadora. Portanto, a Companhia afirma que o cenário legal e jurisprudencial se manteve o mesmo após o julgamento realizado pelo STF, não havendo mudanças significativas que justificassem alterações contábeis ou contingências.

17 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração A remuneração do pessoal-chave da administração (diretores estatutários) por categoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Diretoria executiva, Remuneração direta e encargos, Planos de remuneração baseado em ações.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

(b) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$188.820 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda., e R\$7.166 com a controlada Unidas Comercial de Veículos S.A., referentes custos de sublocação de veículos e despesas incorridas pelas Unidas as quais serão ressarcidas pelas controladas. O saldo a pagar trata-se de R\$83.794 com a controlada Unidas Locadora de Veículos Ltda. e R\$20.725 com a controlada Unidas Franquias S.A., referentes a custo de sublocação de veículos e despesas incorridas pela controladas as quais serão ressarcidas pela Unidas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de outras partes relacionadas trata-se de R\$459 com a coligada Unidas Especiais S.A. e R\$1 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A.. O saldo a pagar trata-se de R\$25.464 com a coligada Unidas Franquias do Brasil S.A. referente a despesas incorridas pela coligada as quais serão ressarcidas pela Unidas e R\$13 com a empresa do acionista Via Jap Comércio de Veículos Ltda. referente a adiantamento decorrente da venda seminovos. O saldo de contas a receber com a Vanguard trata-se de repasse de valores locações feitas por clientes no exterior, os quais efetuam o pagamento antecipadamente a Vanguard e a mesma paga para Unidas S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019, Outras, Total.

25 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2021 foi liquidado pela Companhia o montante aproximado de R\$426.000 referente a 10ª emissão de debêntures. Essa liquidação foi realizada de forma a refinanciar e alongar o prazo de vencimento das dívidas do Grupo, mantendo seu compromisso de ter uma sólida base de capital e equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com os níveis mais adequados de empréstimos.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações financeiras

Pelo presente instrumento, o Presidente e o Diretor Financeiro da Unidas S.A., com sede na Avenida Raja Gabáglia, 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que: i. Analisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Unidas S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Fernando Memória Porto

Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Pelo presente instrumento, o Presidente e o Diretor Financeiro da Unidas S.A., com sede na Avenida Raja Gabáglia, 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que: i. Analisaram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente a auditoria das demonstrações financeiras da Unidas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

Luís Fernando Memória Porto

Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

DIRETORIA

Luís Fernando Memória Porto
Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Juliana Chrispin Gavineili
Gerente Contábil
CRC-SP 291.159/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Unidas S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Unidas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em

relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria refletem a evolução dos negócios e mantiveram-se alinhados àqueles do exercício anterior para os principais componentes das demonstrações financeiras.

Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG 075204/O-0

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Avaliação do valor recuperável do ágio (Nota explicativa 12)</p> <p>A Companhia possui registrado no ativo intangível, o ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura decorrente de combinações de negócios no montante de R\$ 48.841 mil em 31 de dezembro de 2020. A Companhia efetuou, com o apoio de especialistas externos, o teste do valor recuperável do ágio, utilizando o modelo de valor presente de fluxos de caixa futuros esperados dos ativos da unidade geradora de caixa (valor em uso). Mantivemos esse assunto como significativo, tendo em vista que, além da relevância dos saldos, esta é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração na determinação das premissas e projeções efetuadas, que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de realização da unidade geradora de caixa (UGC), com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria compreenderam a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados das unidades geradoras de caixa às quais os ágios foram alocados e a análise da razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis. Obtivemos ainda o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do Covid-19 impactaram a performance do negócio e os eventuais reflexos nas projeções. Testamos ainda a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa. Recalculamos as projeções considerando diferentes cenários possíveis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.</p>
<p>Estimativas relacionadas à definição do valor residual dos veículos (Nota explicativa 10)</p> <p>A Companhia estima o valor residual de sua frota de veículos a partir do valor esperado de venda dos veículos após o término de sua vida útil, deduzido das despesas de vendas e dos descontos previstos praticados no atacado e varejo. Mantivemos essa área como foco de auditoria porque a aplicação da referida estimativa contábil implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração, tais como valor de mercado dos veículos na data da venda e tempo de uso. O valor residual líquido relacionado aos veículos classificados no ativo imobilizado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 4.179.540 mil. Portanto, quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar em ajustes a esses ativos, com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado de sua alienação no futuro.</p>	<p>Dentre outros procedimentos de auditoria, atualizamos nosso entendimento do desenho dos principais processos e controles internos estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual dos veículos e cálculo da depreciação. Em base amostral, comparamos os dados de entrada incluídos nos sistemas automatizados, referentes ao valor residual dos veículos, com os documentos da administração que suportam o valor residual estimado. Adicionalmente, também em base amostral, comparamos os valores residuais estimados com os preços praticados em vendas realizadas no exercício, além dos valores divulgados em fontes externas especializadas contendo o preço de venda de carros similares. Essas análises levaram em conta ainda os efeitos no nos preços de veículos usados como resultado dos efeitos econômicos resultantes da pandemia do Covid-19. Consideramos que as premissas utilizadas estão consistentes com os dados de mercado e resultados históricos de transações de vendas.</p>
<p>Contratos de arrendamento (Nota explicativa 11)</p> <p>A Companhia celebra contratos de aluguel de lojas de seminovos e "rent-a-car" e imóveis administrativos cujos direitos de utilização resultam no reconhecimento de passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso do ativo, conforme o pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases). Mantivemos essa área como foco de auditoria porque a aplicação da referida estimativa contábil implica no uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos) e em função da relevância dos saldos de passivo de arrendamento e de direito de uso do ativo que totalizavam R\$ 120.485 mil e R\$ 116.901 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) o entendimento e a avaliação dos critérios adotados pela administração no levantamento dos contratos; (ii) a identificação daqueles que contém elementos de arrendamento ou de prestação de serviço; (iii) o teste, em base amostral, da segregação dos contratos de arrendamento, bem como daqueles que se qualificam às isenções previstas no pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases). Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, nossos procedimentos compreenderam: (i) avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos prazos contratuais, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) recálculo, em bases amostrais, de contratos selecionados, para verificar o valor do passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso reconhecidos; (iv) o cálculo, em base amostral, da depreciação do direito de uso e da amortização do passivo de arrendamento; e (v) a leitura e entendimento das divulgações em notas explicativas. Por fim, avaliamos ainda a aplicação do expediente prático previsto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) relativamente às concessões de benefícios em contratos de arrendamento que ocorrerem como conseqüência da pandemia do Covid-19. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.</p>

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da